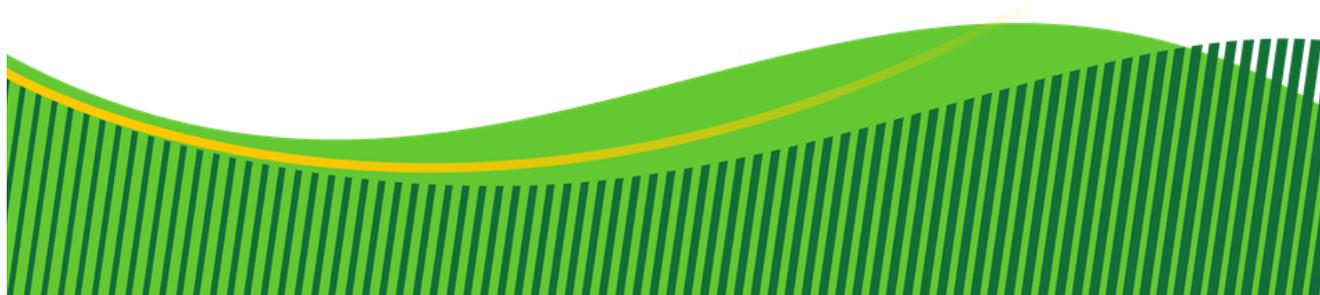


# Relatório Anual 2018

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar —Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG  
Espumoso - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG  
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>347.802</b>	<b>361.855</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>187.082</b>	<b>169.464</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.530	1.316	DEPÓSITOS (NOTA 11)	41.852	31.453
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	126.862	159.112	Depósitos à Vista	38.310	27.662
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Depósitos a Prazo	3.542	3.791
Tesouro Nacional—Recursos Crédito Rural	310	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	126.691	113.211
Correspondentes no país	347	712	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	15
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	126.205	158.399	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	126.690	113.196
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	210.415	194.165	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	625	427
Operações de Crédito	223.190	209.348	Recursos em Trânsito de Terceiros	625	427
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.775)	(15.183)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	8.430
OUTROS CRÉDITOS	8.035	6.666	Empréstimos País - Outras Instituições	-	8.430
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	89	111	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.914	15.943
Rendas a Receber	1.029	798	Cobrança e Arrecadação de Tributos	89	59
Créditos Específicos	437	410	Sociais e Estatutárias	3.878	3.163
Diversos (NOTA 06 e 07)	7.119	5.982	Fiscais e Previdenciárias	562	517
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(639)	(635)	Diversas (NOTA 14)	13.385	12.204
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	960	596			
Outros Valores e Bens	1.280	915			
(Provisão para desvalorização)	(350)	(350)			
Despesas Antecipadas	30	31			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>107.633</b>	<b>49.685</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>116.874</b>	<b>116.209</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	42.174	1.633	DEPÓSITOS (NOTA 11)	111.785	115.644
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	42.174	1.633	Depósitos Interfinanceiros	5.459	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	42.605	27.409	Depósitos a Prazo	106.326	115.644
Operações de Crédito	55.073	33.946	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	5.089	565
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.468)	(6.537)	Repasse Interfinanceiros	5.089	565
OUTROS CRÉDITOS	1	1			
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	182	182			
Diversos (NOTA 06 e 07)	1	1			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(182)	(182)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	14.501	13.665	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>151.479</b>	<b>125.867</b>
Outros Investimentos	14.501	13.665	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	61.175	53.458
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	6.049	5.122	De Domiciliados no País	61.194	53.459
Imóveis de Uso	3.512	1.743	(Capital a Realizar)	(19)	(1)
Outras Imobilizações de Uso	5.101	5.618	RESERVAS DE SOBRAS	84.426	67.516
(Depreciação acumulada)	(2.564)	(2.239)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.303	1.855	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.878	4.893
Outros Ativos Intangíveis	4.557	3.639			
(Amortização acumulada)	(2.254)	(1.784)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>455.435</b>	<b>411.540</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>455.435</b>	<b>411.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG  
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23.296</b>	-	<b>23.296</b>	<b>45.195</b>	-	<b>45.195</b>	<b>42.999</b>	-	<b>42.999</b>
Operações de Crédito	22.898	-	22.898	44.700	-	44.700	42.862	-	42.862
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	390	-	390	442	-	442	124	-	124
Resultado das Aplicações Compulsórias	8	-	8	53	-	53	13	-	13
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(11.331)</b>	<b>(12)</b>	<b>(11.343)</b>	<b>(18.398)</b>	<b>(23)</b>	<b>(18.421)</b>	<b>(21.511)</b>	<b>(530)</b>	<b>(22.041)</b>
Operações de Captação no Mercado	(3.197)	(12)	(3.209)	(6.544)	(23)	(6.567)	(10.337)	(16)	(10.353)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.472)	-	(3.472)	(7.377)	-	(7.377)	(6.341)	(514)	(6.855)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.662)	-	(4.662)	(4.477)	-	(4.477)	(4.833)	-	(4.833)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>11.965</b>	<b>(12)</b>	<b>11.953</b>	<b>26.797</b>	<b>(23)</b>	<b>26.774</b>	<b>21.488</b>	<b>(530)</b>	<b>20.958</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.494)</b>	<b>2.436</b>	<b>(58)</b>	<b>(3.682)</b>	<b>4.507</b>	<b>825</b>	<b>549</b>	<b>3.152</b>	<b>3.701</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.777	3.702	5.479	3.488	6.964	10.452	3.190	4.949	8.139
Rendas de Tarifas Bancárias	1.382	-	1.382	2.658	-	2.658	2.298	-	2.298
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.251)	(618)	(6.869)	(11.812)	(1.118)	(12.930)	(10.896)	(885)	(11.781)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(2.935)	(395)	(3.330)	(5.926)	(763)	(6.689)	(5.324)	(584)	(5.908)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(166)	(177)	(62)	(315)	(377)	(36)	(221)	(257)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.388	135	7.523	15.199	190	15.389	16.851	161	17.012
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.844)	(222)	(4.066)	(7.227)	(451)	(7.678)	(5.534)	(268)	(5.802)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>9.471</b>	<b>2.424</b>	<b>11.895</b>	<b>23.115</b>	<b>4.484</b>	<b>27.599</b>	<b>22.037</b>	<b>2.622</b>	<b>24.659</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>(259)</b>	<b>-</b>	<b>(259)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>9.475</b>	<b>2.426</b>	<b>11.901</b>	<b>23.120</b>	<b>4.485</b>	<b>27.605</b>	<b>21.778</b>	<b>2.622</b>	<b>24.400</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>317</b>	<b>317</b>	-	<b>(242)</b>	<b>(242)</b>	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	192	192	-	(134)	(134)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	125	125	-	(108)	(108)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>9.475</b>	<b>2.743</b>	<b>12.218</b>	<b>23.120</b>	<b>4.243</b>	<b>27.363</b>	<b>21.778</b>	<b>2.622</b>	<b>24.400</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>4.243</b>	<b>(4.243)</b>	-	<b>2.622</b>	<b>(2.622)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>9.475</b>	<b>2.743</b>	<b>12.218</b>	<b>27.363</b>	-	<b>27.363</b>	<b>24.400</b>	-	<b>24.400</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(21.485)</b>	-	<b>(21.485)</b>	<b>(19.507)</b>	-	<b>(19.507)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.399)	-	(3.399)	(3.899)	-	(3.899)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.176)	-	(1.176)	(978)	-	(978)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.459)	-	(16.459)	(13.700)	-	(13.700)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(451)	-	(451)	(930)	-	(930)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>5.878</b>	-	<b>5.878</b>	<b>4.893</b>	-	<b>4.893</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG**

**CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>44.124</b>	<b>52.886</b>	<b>5.618</b>	<b>102.628</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.605	-	(5.605)	-
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.041	-	-	1.041
Baixas de capital	(1.139)	-	-	(1.139)
Resultado do período	-	-	24.400	24.400
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(978)	(978)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.700	(13.700)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.827	-	(3.899)	(72)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	930	(930)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>53.458</b>	<b>67.516</b>	<b>4.893</b>	<b>125.867</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>9.334</b>	<b>14.630</b>	<b>(725)</b>	<b>23.239</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>53.458</b>	<b>67.516</b>	<b>4.893</b>	<b>125.867</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.878	-	(4.878)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.261	-	-	1.261
Baixas de capital	(1.770)	-	-	(1.770)
Resultado do período	-	-	27.363	27.363
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.176)	(1.176)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.459	(16.459)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	(3.399)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	451	(451)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>61.175</b>	<b>84.426</b>	<b>5.878</b>	<b>151.479</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>7.717</b>	<b>16.910</b>	<b>985</b>	<b>25.612</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)</b>	<b>57.753</b>	<b>67.516</b>	<b>15.145</b>	<b>140.414</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	790	-	-	790
Baixas de capital	(716)	-	-	(716)
Resultado do período	-	-	12.218	12.218
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.176)	(1.176)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.459	(16.459)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	(3.399)	(51)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	451	(451)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>61.175</b>	<b>84.426</b>	<b>5.878</b>	<b>151.479</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.422</b>	<b>16.910</b>	<b>(9.267)</b>	<b>11.065</b>

**As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG**  
**CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>15.223</b>	<b>30.733</b>	<b>27.278</b>
Resultado do semestre/exercício	12.218	27.363	24.400
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>3.005</b>	<b>3.370</b>	<b>2.878</b>
Provisão para operações de crédito	3.979	3.523	2.355
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	350
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(209)	4	111
Depreciação do imobilizado de uso	279	526	385
Amortização do intangível	248	470	452
Baixas do ativo permanente	5	12	47
(Reversão) para passivos contingentes	(12)	(3)	(25)
Destinações ao FATES	(1.176)	(1.176)	(978)
Dividendos SicrediPar	(109)	14	181
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(58.126)</b>	<b>(58.919)</b>	<b>(4.803)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(40.490)	(40.541)	(1.124)
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.055	-	4
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(46)	(310)	7
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(162)	365	355
(Aumento) em operações de crédito	(42.890)	(34.968)	(45.540)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	32.887	18.003	21.447
(Aumento) em outros créditos	(1.217)	(1.385)	(1.232)
(Aumento) em outros valores e bens	(163)	(364)	(714)
Aumento (Redução) em depósitos	(4.632)	6.540	15.674
Aumento em relações interdependências passivas	472	198	83
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.687)	(8.431)	3.732
Absorção de dispêndios pelo FATES	(388)	(757)	(570)
Aumento em outras obrigações	3.135	2.731	3.075
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(42.903)</b>	<b>(28.186)</b>	<b>22.475</b>
Aquisição de Investimentos	-	(836)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(644)	(1.465)	(2.411)
Aplicações no Intangível	(306)	(918)	(505)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(950)</b>	<b>(3.219)</b>	<b>(2.916)</b>
Integralização de capital	790	1.261	1.041
Baixa de capital	(716)	(1.770)	(1.139)
Juros ao capital próprio	(51)	(51)	(72)
Distribuição de Sobras	-	(15)	(13)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>23</b>	<b>(575)</b>	<b>(183)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(43.830)</b>	<b>(31.980)</b>	<b>19.376</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	171.565	159.715	140.339
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	127.735	127.735	159.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 27/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de Janeiro de 2019.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	1.530	1.316
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	126.205	158.399
Total	127.735	159.715

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	42.174	1.633
DI entre Banco e Cooperativas	39.424	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.750	1.633
Total não circulante	42.174	1.633

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	66.897	38.806	105.703	94.707
Financiamentos	6.000	7.701	13.701	8.995
Financiamentos rurais e agroindustriais	150.293	8.566	158.859	139.592
Carteira total	223.190	55.073	278.263	243.294

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	89	182	271	293
Devedores por compra de valores e bens	62	-	62	-
Títulos e créditos a receber (i)	6.074	1	6.075	4.486
Total	6.225	183	6.408	4.779

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	13	-	-	-
Nível A	0,50	46.528	47.583	233	238
Nível B	1,00	116.950	89.464	1.170	895
Nível C	3,00	61.416	43.584	1.842	1.308
Nível D	10,00	37.105	41.923	3.711	4.192
Nível E	30,00	2.429	8.121	729	2.436
Nível F	50,00	2.991	7.758	1.496	3.879
Nível G	70,00	2.636	1.785	1.845	1.250
Nível H	100,00	14.603	7.855	14.603	7.855
Total (i)		284.671	248.073	25.629	22.053

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 435 (2017 - R\$ 484).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.346	18.427	38.479	35.931	94.183	78.248
Rural	51	35.048	115.194	8.566	158.859	139.592
Industrial	8	1.610	1.659	2.234	5.511	4.584
Comércio	34	5.391	7.571	6.647	19.643	19.405
Outros Serviços	29	1.624	2.944	1.878	6.475	6.244
Total	1.468	62.100	165.847	55.256	284.671	248.073

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	45.535	16,00	38.053	15,34
50 devedores seguintes	70.311	24,70	64.057	25,82
100 devedores seguintes	46.998	16,51	40.949	16,51
Demais	121.827	42,79	105.014	42,33
Total	284.671	100	248.073	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	22.537	20.071
Constituição de provisão	4.477	4.833
Movimentação de baixados para prejuízo	(950)	(2.367)
Saldo final	26.064	22.537

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.692 (2017 - R\$ 1.319), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.296 (2017 - R\$ 7.118).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	40	52
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	341	1.034
Devedores por compra de valores e bens	62	-
Impostos e contribuições a compensar	361	237
Títulos e créditos a receber	6.074	4.485
Valores honrados	-	1
Operações com cartões	165	20
Pendências a regularizar	8	90
Outros	68	63
<b>Total Circulante</b>	<b>7.119</b>	<b>5.982</b>

Títulos e créditos a receber	1	1
Total não circulante	1	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	1.277	911
Imóveis	1.211	911
Veículos e afins	66	-
Material em estoque	3	4
Despesas antecipadas	30	31
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(350)	(350)
<b>Total Circulante</b>	<b>960</b>	<b>596</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 350 (2017 - R\$ 350) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.808	6.972
Sicredi Participações S.A.	6.692	6.692
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>14.501</b>	<b>13.665</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.170.724 ON	2.170.724 ON	1	1	7.807.693	6.971.948
	4.521.499 PN	4.521.499 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,76%	0,76%	0,62%	0,61%	2,04%	1,99%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	6.692	6.692	1	1	7.808	6.972

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.613	(2.564)	6.049	5.122
Imobilizações em curso	-	624	-	624	1.654
Terrenos	-	275	-	275	275
Edificações	4%	3.237	(474)	2.763	1.106
Instalações	10%	1.006	(351)	655	664
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.010	(795)	1.215	990
Sistema de comunicação	10%	47	(41)	6	5
Sistema de processamento de dados	20%	861	(593)	268	191
Sistema de segurança	10%	144	(75)	69	64
Sistema de transporte	20%	409	(235)	174	173
Intangível (i)		4.557	(2.254)	2.303	1.855
Investimentos Confederação		4.557	(2.254)	2.303	1.855
<b>Total</b>		<b>13.170</b>	<b>(4.818)</b>	<b>8.352</b>	<b>6.977</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	38.310	-	-	38.310	27.662
Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.459	5.459	-
Depósitos a prazo	3.381	161	106.326	109.868	119.435
<b>Total</b>	<b>41.691</b>	<b>161</b>	<b>111.785</b>	<b>153.637</b>	<b>147.097</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	126.690	113.196
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	126.690	113.196
<b>Total circulante</b>	<b>126.690</b>	<b>113.196</b>
Recursos do Crédito Rural	5.089	565
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.089	565
<b>Total não circulante</b>	<b>5.089</b>	<b>565</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 25/11/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	8.430
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	8.430
<b>Total circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.430</b>

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Obrigações por convênios oficiais	1	1
Provisão para pagamentos a efetuar	3.159	2.825
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	266	269
Outras Contingências	3	6
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.360	4.257
Pendências a regularizar	38	-
Operações com cartões	5.934	4.292
Demais fornecedores	247	328
Credores diversos	377	226
<b>Total circulante</b>	<b>13.385</b>	<b>12.204</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	30	-	-	30
Cível	239	9	(12)	236
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>9</b>	<b>(12)</b>	<b>266</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	30	30
Cível	Provável	236	239
<b>Total</b>		<b>266</b>	<b>269</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 13 e R\$ 57 (2017 - R\$ 59 e R\$ 57), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	61.175	53.458
Total de associados	17.387	17.204

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.717 (2017 – R\$ 9.334), sendo R\$ 8.226 (2017 – R\$ 9.432) via integralização de resultados e R\$ 1.261 (2017 – R\$ 1.041), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.770 (2017 – R\$ 1.139).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.399, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	27.605	24.400
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.594)	(10.248)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	8	5
Provisão PPR	(50)	22
Receita com atos cooperativos	9.710	9.147
Juros sobre capital próprio	1.428	1.638
Outros	251	(564)
Subtotal	11.352	10.248
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(242)	-

**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	42.174	1.633
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	126.205	158.399
Outros Créditos - Rendas a receber	830	625
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	217	826
Investimentos (Nota 09)	14.501	13.665
Intangível (Nota 10)	2.303	1.855
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	131.779	113.761
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	8.430
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	5.976	4.290
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	442	124
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.073	3.747
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	10.048	14.238
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.377	6.855
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	424	355
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	3.190	2.998

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	135	0,35%	21
Depósitos a prazo	947	0,86%	872
Operações de crédito	1.910	0,69%	2.060

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	1.427	1.428

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	176	138
Despesa de aluguéis	422	415
Despesa de comunicação	384	353
Despesa de manutenção e conservação	608	487
Despesa de material	159	115
Despesa processamento dados	129	103
Despesa de promoções e relações públicas	668	737
Despesa de propaganda e publicidade	97	92
Despesa de seguro	99	76
Despesa de serviços do sistema financeiro	602	631
Despesa de serviços de terceiros	246	253
Despesa de serviços de vigilância e segurança	467	424
Despesa de serviços de técnicos especializados	587	402
Despesa de serviços de transportes	180	152
Despesa de viagem	113	159
Despesa de depreciação	526	385
Outras despesas administrativas	1.226	986
Total	6.689	5.908

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.674	1.334
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	9.596	13.599
Reversão de provisões operacionais	3.224	1.291
Outras rendas operacionais	895	788
Total	15.389	17.012

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	945	569
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	136	137
Contribuição Confederação Sicredi	2.317	1.922
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	254	297
Encargos da administração financeira	63	76
Repasso administradora de Cartões	100	178
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	470	451
Outras provisões operacionais	2.306	1.576
Outras despesas operacionais	969	487
Total	7.678	5.802

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	105.586	93.472
Coobrigações em cessões de crédito	78	93
Total	105.664	93.565

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

## I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>149.176</b>	<b>124.600</b>
<b>Nível I (NI)</b>	<b>149.176</b>	<b>124.600</b>
<b>Capital principal - CP</b>	<b>149.176</b>	<b>124.600</b>
Capital social	61.175	53.458
Reservas de capital	84.426	67.516
Lucros acumulados	5.878	4.893
Ajustes Prudenciais	(2.303)	(1.267)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>425.304</b>	<b>374.653</b>
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>846</b>	<b>405</b>
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>103.676</b>	<b>84.856</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>35,08%</b>	<b>33,26%</b>
Situação de Imobilização (Imob)	6.050	5.711
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>4,06%</b>	<b>4,58%</b>

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

### NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Carlos Augusto Dal Molin  
Diretor Executivo  
CPF: 432.675.300-59

Ramon Halberstadt  
Diretor de Operações  
CPF: 000.294.530-46

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20